

vetusto casarão do Conde dos Arcos, aquêles varões austeros, que nada mais tinham a resolver, pois o mundo de ficções em que viveram e ajudaram a criar, e de que se presumiam sólidas colunas, não mais existia; ruira tão facilmente num minuto, não resistindo, como disse Alberto Tôrres, ao simples deslocamento de ar produzido por alguns regimentos em marcha...

.....

.....

No dia 16 de novembro, reunia-se novamente o Senado. "Lida e aprovada a ata da sessão anterior, não havendo expediente, pede a palavra pela ordem o senador pelo Paraná, Manoel Francisco Correa, que diz desejar saber se por algum meio consta à mesa que haja senadores presos. Paulino de Souza, na presidência, informa que nenhuma comunicação possui a mesa, de modo a responder à pergunta do nobre côlega. As notícias que possuía são as publicadas nos jornais, as quais, declara, não cabe repetir daquela cadeira. Fala então, menos reticencioso, o Visconde de Lima Duarte: — Sr. Presidente, V. Excia. acaba de declarar que nada consta oficialmente a respeito dos acontecimentos que se tem dado, a exceção do que referem os jornais. Os jornais, porém, dão conta de acontecimentos gravíssimos, e não sei se será conveniente que o Senado tome qualquer providência ou dê qualquer demonstração de seu modo de pensar sobre os fatos que vão ocorrendo.

A essas observações inocentes do senador por Minas Gerais, responde Paulino de Souza, com as subtilezas próprias do seu engenho: — O Senado está em sessão preparatória, que se abre com qualquer numero, ainda que insuficiente para deliberar. Mantenho hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional, e, observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara. Um monge de Bizâncio, discutindo a precedência das Pessoas da Santíssima Trindade, quando já fulgurava o Crescente nos muros da cidade, não demonstraria, por certo, mais perfeito alheamento do perigo!... Por não haver mais nada a tratar, Paulino de Souza, como de praxe, convida calmamente os colegas presentes para se reunirem no dia seguinte, às horas do costume. E no dia seguinte, achando o Governo Provisório que era de mais aquele recreio de mandarins, resolveu pôr-lhe um paradeiro, e colocou uma praça do exército à porta do Velho Senado..." (pp. 233-236).

O livro do Sr. Carlos Pontes é todo assim interessante e sugestivo. Que o A. nos dê outros trabalhos que venham pôr à luz outros aspectos curiosos da nossa história.

J. CRUZ COSTA.

OLIVEIRA (José Teixeira de). — História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1951. XVI 502 pp.

Realmente não é tarefa muito fácil escrever a história de qualquer um dos estados do Brasil sem repetir o mesmo plano, as mesmas diretrizes e até os mesmos títulos dos capítulos da história do país. Enfim, sem torná-la mero reflexo da história geral. Talvez porque o plano já está feito e é só enquadrar nele os acontecimentos da história do Espírito Santo ou do Maranhão, talvez pela preocupação, nem sempre muito louvável, de mostrar que este ou aquele estado foi onde mais se refletiram os episódios da crônica surrada da pobre história brasileira, a verdade é que, com raras exceções, os volumes até agora publicados sobre a história das diversas regiões brasileiras têm, pelo menos, oitenta por cento em comum. E no entanto, quanta individualidade nas histórias de nossos estados! Maior, às vezes, do que se se tratassem de países independentes! Eis um ponto em que o regionalismo histórico é deveras benéfico, pois através dele, quanta coisa podemos tirar dos

arquivos estaduais, que dizem respeito a determinadas regiões do país e que, por isso mesmo, não aparecem nas histórias do Brasil até agora escritas.

Parece que foi com o pensamento neste mesmo ponto de vista que o sr. José Teixeira de Oliveira abalçou-se a escrever uma história do Estado do Espírito Santo. E o fez num alentado tomo de quinhentas páginas, primorosamente impressas, com ilustrações, mapas, transcrições de documentos, notas várias, enfim uma abundante messe de informações sobre a terra capixaba, que começa com a conquista de Ceuta e termina com a constituição de 1947. Não precisaria começar em Ceuta. Bastaria começar com Vasco Fernandes Coutinho. Todavia, não quis o A. deixar de acompanhar o costume bem nosso de preceder qualquer trabalho dum longa introdução, em geral menos necessária do que se pensa. Porém, não serão os dois capítulos introdutórios que irão nos predispor contra o livro do historiador capixaba. Ao contrário, muita coisa nos predisporá a favor e apenas umas poucas poderão suscitar-nos algumas restrições.

O A. compreendeu o caráter regional da história do Espírito Santo, sua individualidade, seu espírito, sua mentalidade, enfim sua história local. Seu livro é uma história do Espírito Santo e não uma história do Brasil adaptada ao Espírito Santo. Este mérito, constatado assim de início, põe o A. a salvo de várias críticas, desarmando o comentarista. Naturalmente, o mérito está, aqui, em função de nossa maneira de encarar a história brasileira. Por certo muitos verão um vício ou defeito de origem justamente onde estamos vendo sua maior qualidade. Embora não estejamos rigorosamente de acordo com o método preferido pelo A., seu livro revelou-nos uma história capixaba que praticamente ignorávamos. Pareceu-nos salutar sua preocupação em mostrar o desenvolvimento da civilização material do Espírito Santo. É fato que isto dá ao seu livro um caráter de caleidoscópio, que nem sempre consulta aos interesses do método e da moderna crítica histórica. Mas atendeu aos interesses do A. que foi, entre outros, apresentar um balanço da vida capixaba em quatro séculos. Certamente o livro poderia ser despojado, sem prejuízo algum, de muitas informações que caberiam mais num almanaque, guia turístico ou relatório de valor simplesmente informativo. É bem verdade, que certos assuntos ficaram a exigir um melhor tratamento e ninguém melhor do que sr. Teixeira de Oliveira poderá, ainda, tratá-los. Apenas um exemplo: os problemas da colonização no vale do rio Doce. Lembramos, não faz muito, em nota publicada nesta Revista, a propósito de um livro sobre Blumcnau, que na história do Brasil há temas realmente empolgantes e que vivem a provocar o interesse dos historiadores, sem que até agora algum deles resolvesse aceitar o desafio. Entre eles, os relativos aos problemas de colonização européia, as tentativas de introdução do trabalho livre no século XIX. O historiador capixaba dispondo provavelmente de acesso direto às fontes é o mais indicado para revelar-nos a história social e econômica da colonização alemã em seu estado.

Todavia, o livro do sr. Teixeira de Oliveira deve ser considerado pelo que tem e não pelo que deixa de ter. E pelo que encerra de útil, de correto, de criterioso, de informativo, ficará como um dos melhores trabalhos até agora aparecidos sobre a nossa história local, digna comemoração de importante efeméride há pouco celebrada por aquele simpático estado brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS